

ACORDO DE ESTÁGIO RELATIVO AOS PERÍODOS DE OBSERVAÇÃO PREVISTOS NOS ARTIGOS R.715-1 E R.715-1-2 DO CÓDIGO RURAL E DA PESCA MARÍTIMA (CODE RURAL ET DE LA PÊCHE MARITIME)

Tendo em conta o Código do Trabalho (Code du travail) e, nomeadamente, o seu artigo L.4153-1;
Tendo em conta o Código da educação (Code de l'éducation) e, nomeadamente, os seus artigos L. 124-1, L. 124-9, L. 313-1, L. 331-4, L. 331-5,
L. 421-7, L. 911-4, D. 331-1 a D. 331-9, D. 333-3-1;
Tendo em conta o Código civil (Code civil), nomeadamente, os seus artigos 1240 a 1242;
Tendo em conta o Código rural e da pesca marítima e, nomeadamente, os seus artigos L. 741-1, L. 751-1, L. 761-14, R715- 1, R. 715-1-2, D. 751-2 e D. 751-3 e D. 761-39;

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

O presente acordo tem por objeto a aplicação, em benefício do aluno designado (apelido, nome próprio e data de nascimento), de um período de observação que é obrigatório pelo programa oficial do 10.º ano («classe seconde générale») em que o aluno está inscrito.

Este período de observação decorrerá de a

O objetivo deste período de observação é sensibilizar os alunos para o ambiente tecnológico, económico, profissional e social em relação aos seus objetivos de formação.

Destina-se aos alunos do 10.º ano do ensino secundário geral e tecnológico de um estabelecimento de ensino abrangido pelo Ministério da agricultura competente. Se este período de observação for coletivo, as modalidades de supervisão dos alunos durante este período de observação são fixadas pelo estabelecimento de ensino no quadro geral da organização de atividades externas.

O aluno pode ser autorizado a passar por período de observação individualmente, sob condição de ser acompanhado pelo estabelecimento de ensino e sob a supervisão do orientador de estágio designado para o efeito, pelo responsável da empresa ou pelo responsável do organismo de acolhimento, quando este último não for o próprio orientador de estágio. O empregador associa o aluno às atividades da empresa ou do organismo de acolhimento, assegurando que a sua participação nestas atividades não prejudique a situação do emprego na empresa. Por outro lado, os alunos estão sujeitos a um dever de discrição profissional.

Durante este período de observação, o aluno não pode, em caso algum, realizar os trabalhos referidos nos artigos D. 4153-16 a D. 4153-37 do Código do trabalho ou qualquer um dos referidos nos artigos R. 4153-50 a R. 4153-52 do Código do trabalho. Não pode manobrar ou manipular outras máquinas, produtos ou equipamentos de produção, nem realizar trabalhos leves tal como definidos no artigo R. 715-2 do Código rural e da pesca marítima.

As atividades em que o aluno está associado são especificadas no Título II do presente acordo (disposições especiais em matéria pedagógica).

Artigo 2.º

As modalidades e o reembolso das despesas relativas a este período, bem como as modalidades de seguro, são definidas no Título II do presente acordo (disposições especiais em matéria financeira).

Artigo 3.º

Durante todo o período de formação em contexto de trabalho, o estagiário continua a manter o seu estatuto de aluno e, como tal, está sob a autoridade do diretor do seu estabelecimento de ensino e da formação profissional agrícola.

O diretor do estabelecimento de ensino deve assegurar, aplicando a diligência normal, que as condições em que se realiza o estágio sejam de molde a proteger a saúde e a segurança do aluno e a garantir-lhe uma formação prática correspondente à formação recebida.

Neste sentido, o responsável da empresa ou do organismo de acolhimento deve preencher a parte correspondente do Título II (Disposições especiais em matéria pedagógica).

Devido ao seu estatuto escolar, o estagiário não tem direito a qualquer remuneração por parte da empresa ou do organismo de acolhimento. No entanto, em conformidade com os artigos L. 242-4-1, D. 242-2-1 do Código da Segurança Social (Code de la sécurité sociale) D. 741-65-1 do Código rural e da pesca marítima, pode ser-lhe paga uma remuneração.

Esta remuneração está isenta de contribuições para a segurança social se, de acordo com o artigo D. 242-2-1 do Código da Segurança Social, o seu montante não exceder o limiar equivalente a 15,00% do limite máximo horário da Segurança Social e do número de horas de estágio realizadas durante o mês em questão. Este montante tem em conta as prestações em espécie e em dinheiro e o tempo de presença mensal previsto durante o mês em questão.

Quando o montante da remuneração ultrapassa o limite máximo acima indicado, as obrigações da entidade patronal recaem sobre a empresa ou o organismo de acolhimento.

O aluno não deve ser considerado na avaliação dos efetivos da empresa ou do organismo de acolhimento e não pode participar em eleições profissionais.

O aluno está sujeito às regras gerais em vigor na empresa ou no organismo de acolhimento, nomeadamente em matéria de segurança, de horários e de disciplina, sob condição das disposições no artigo 4.º do presente acordo.

Artigo 4.º

Convém lembrar que os jovens com menos de 18 anos não podem trabalhar mais de 8 horas por dia ou 35 horas por semana, incluindo o trabalho escolar. Para os jovens com menos de 15 anos, o tempo de trabalho semanal não pode exceder 32 horas, incluindo o trabalho escolar.

Para cada período de 24 horas, deve ser fixado um período mínimo de descanso diário de 14 horas consecutivas para os alunos com menos de 16 anos e de 12 horas consecutivas para os alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos.

Os alunos que trabalhem mais de 4 horas e meia por dia beneficiam de uma pausa de, pelo menos, 30 minutos.

As exceções ao descanso dominical, previstas no artigo L. 714-1 e nos artigos R. 714-1 e seguintes do Código rural e da pesca marítima, não se aplicam aos jovens com menos de 16 anos, que beneficiam de dois dias consecutivos de descanso semanal, incluindo, obrigatoriamente, o domingo.

Por outro lado, as derrogações ao direito ao descanso dominical aplicam-se aos jovens entre os 16 e os 18 anos, nas mesmas condições que os adultos, com a diferença de que beneficiam, obrigatoriamente, de dois dias consecutivos de descanso por semana.

O horário diário não pode prever a presença no local de trabalho entre as 22 horas e as 6 horas para os alunos menores mas com mais de 16 e menos de 18 anos e entre as 20 horas e as 6 horas para os alunos com menos de 16 anos.

Artigo 5.º

O diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento ou seu representante deve tomar as medidas necessárias para garantir que está coberto por qualquer responsabilidade civil que possa surgir:

- ou subscrevendo um seguro especial que cubra a sua responsabilidade civil em caso de culpa imputável à empresa relativamente ao estagiário;
- ou acrescentando ao seu contrato já subscrito «responsabilidade civil empresarial» ou «responsabilidade civil profissional» uma cláusula adicional relativa ao estagiário.

O diretor do estabelecimento de ensino deve contratar um seguro que cubra a responsabilidade civil do aluno por quaisquer danos que este possa causar durante o seu estágio ou período de observação, bem como fora da empresa ou do organismo de acolhimento, ou no trajeto de ida e volta para o estágio, o período de observação ou o seu domicílio.

Artigo 6.º

Nos termos das disposições dos artigos L. 751-1-II-(1.º) e L. 761-14 (1.º) do Código rural e da pesca marítima (para a Alsácia-Mosela) e o artigo L. 412-8 (2.º) do Código da Segurança Social (departamentos ultramarinos), os estagiários do ensino agrícola estão abrangidos pela legislação em matéria de acidentes de trabalho.

Em caso de acidente com o aluno estagiário, quer durante o trabalho, quer no trajeto de ida e volta, o diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento compromete-se a informar o diretor do estabelecimento de ensino no dia do acidente ou, o mais tardar, no prazo de 24 horas.

A declaração de acidente de trabalho deve ser feita, por carta registada com aviso de receção, pelo diretor do estabelecimento de ensino à Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Caisse de mutualité sociale agricole), à Caixa de Seguros de Acidentes Agrícolas (Caisse assurances accidents agricoles) para a região da Alsácia-Mosela ou à Caixa Geral da Segurança Social dos Departamentos Ultramarinos (Caisse générale de sécurité sociale pour les départements d'outre-mer) a que pertence o estabelecimento, no prazo de 48 horas, excluindo domingos e feriados, a contar da informação prestada pela empresa.

Artigo 7.º

O diretor do estabelecimento de ensino pode pôr termo ao estágio a qualquer momento, se a empresa ou o organismo de acolhimento deixar de satisfazer:

- as condições de saúde e segurança no trabalho e de moralidade necessárias ao bom decurso do estágio;
- as condições de supervisão necessárias à aplicação dos objetivos especificados nas disposições especiais em matéria pedagógica constantes do Título II do presente acordo.

Artigo 8.º

O diretor do estabelecimento de ensino e o diretor da empresa, o responsável do organismo de acolhimento ou o seu representante mantêm-se mutuamente informados das dificuldades, nomeadamente, as associadas às eventuais ausências do estagiário, que possam resultar da aplicação do presente acordo e tomam, de comum acordo e, em colaboração com a equipa pedagógica, as medidas adequadas para pôr termo ao período de formação em contexto de trabalho.

De qualquer modo, o diretor da empresa, o responsável do organismo de acolhimento ou o seu representante pode decidir, após ter informado o diretor do estabelecimento de ensino, pôr termo antecipadamente ao estágio em caso de violação grave da disciplina do estagiário.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 9.º

Será redigido um anexo pedagógico. Trata-se de um documento que deve incluir todas as secções abaixo indicadas:

- nome do aluno em questão;
- data de nascimento;
- nome e função do orientador de estágio;
- nome do professor coordenador do curso (ou do seu representante);
- datas do(s) período(s) de estágio;
- objetivos do estágio e das partes correspondentes do documento de referência do diploma (turma) em questão;
- principais atividades do estagiário;
- local do estágio na avaliação.

O anexo pedagógico é validado pelo professor coordenador do curso

As obrigações do diretor da empresa, ou do responsável do organismo de acolhimento ou do seu representante incluem, nomeadamente:

- apresentar ao estagiário a avaliação dos riscos específicos da sua empresa e discutir, em termos pedagógicos, com ele os riscos a que poderá estar exposto e as medidas tomadas para os remediar;
- guiar e acompanhar o estagiário, designando um orientador de estágio responsável por assegurar este acompanhamento;
- permitir ao estagiário a preparação do seu relatório, dando-lhe o tempo necessário para o fazer.

Artigo 10.º

Disposições em matéria financeira

Será redigido um anexo financeiro que especificará as condições de:

- alojamento;
- refeições;
- transporte;
- seguro, especificando o nome da seguradora e o número do contrato;
- pelo estabelecimento de ensino,
- pela empresa ou o organismo de acolhimento.

Artigo 11.º

Depois de assinado pelo diretor da empresa ou pelo responsável do organismo de acolhimento ou pelo seu representante e pelo diretor do estabelecimento de ensino, é entregue um exemplar do presente acordo ao aluno e/ou ao seu encarregado de educação, bem como ao orientador de estágio e ao professor coordenador do curso ou ao seu representante.

Feito em, em
(em três exemplares)

*O diretor da empresa ou
O responsável do organismo de acolhimento*

*O diretor do estabelecimento de ensino,
ou o seu representante,*

Validação do orientador de estágio (se diferente do diretor da empresa)

Validação do estagiário

Validação do encarregado de educação do estagiário, se for esse o caso